



**PROJETO DE LEI Nº 081-13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Altera a redação da Lei que instituiu o Programa de Auxílio Alimentação.

Art. 1º O art. 1º, da Lei Municipal nº 2.202, de 24 de abril de 1996, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 1º É instituído o Programa de Auxílio Alimentação para os servidores municipais ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.*

*§ 1º O auxílio será concedido na forma de uma cesta básica/mês, para cada servidor, que terá, no mínimo, a composição prevista no anexo I, desta Lei e um cartão alimentação no valor de R\$ 119,14 (cento e dezenove reais com quatorze centavos);*

*§ 2º O Poder Executivo poderá substituir produto integrante da cesta básica, prevista no anexo I desta lei, desde que por outro de valor nutritivo e custo equivalente, através de decreto.*

*§ 3º O auxílio poderá ser concedido ainda, e unicamente, na forma de Cartão Alimentação para cada servidor, correspondente ao valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), por mês;*

*§ 4º O servidor receberá exclusivamente o auxílio na forma de Cartão Alimentação, exceto se optar expressamente pelo recebimento na forma de Cesta Básica/ Cartão Alimentação.*

*§ 5º O reajuste do Cartão Alimentação será realizado anualmente, através de Decreto, pelo índice oficial do IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), percentual acumulado referente aos últimos 12 (doze) meses, na mesma data prevista para a revisão geral anual dos servidores públicos municipais;*

*§ 6º A participação no Programa independe da anuência expressa do servidor, todavia, aquele servidor que não desejar receber o auxílio alimentação em qualquer das formas previstas, deverá manifestar-se por escrito à Secretaria Municipal da Administração, para que não haja desconto em folha de pagamento do percentual referido no artigo 2º desta lei;”*

Art. 2º O artigo 3º, passa a ter a seguinte redação:

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

*“Art. 3º O Auxílio Alimentação será fornecido pelo Poder Executivo.*

*Parágrafo Único. O Auxílio Alimentação não tem natureza remuneratória e não se incorpora a remuneração do servidor para quaisquer efeitos.”*

Art. 3º Fica revogado o artigo 4º, da Lei Municipal nº 2.202, de 29 de abril de 1996.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2013.**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 081-13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando o presente projeto de lei para apreciação desta colenda Câmara de Vereadores.

A alteração da Lei Municipal nº 2.202/1996, que criou o Auxílio Alimentação faz-se necessária devido aos inúmeros empecilhos enfrentados com a distribuição, estocagem, perda e desperdício de produtos alimentícios decorrentes do modelo originalmente adotado pela legislação municipal (Cestas Básicas).

As vantagens oriundas da proposta da instituição do Auxílio Alimentação através de Cartão dizem respeito a implantação de uma modalidade de auxílio utilizada majoritariamente pelos órgãos públicos em geral.

A facilidade no manuseio e as possibilidades de escolha que o servidor terá ao utilizar o cartão possibilitará o consumo no mercado local, evitará o desperdício de produtos e garantirá que a renda gerada pelos mais de 1.660 servidores públicos municipais seja aplicada em Itaqui, gerando emprego e renda. O auxílio alimentação injetará em torno de R\$ 348.600,00 (trezentos e quarenta e oito mil e seiscentos reais), por mês no comércio itaquense.

Atualmente os produtos que integram a Cesta Básica estão regulamentados pelo Decreto nº 5.917/2012, no anexo I, sendo que através do Setor de Compras realizou-se levantamento de preços no mercado local, culminando na média de R\$ 106,83 (cento e seis reais com oitenta e três centavos), por cesta básica.

O Cartão Alimentação atualmente está em torno de R\$ 119,14 (cento e dezenove reais com quatorze centavos), sendo que a proposta do Poder Executivo é a concessão de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), a título de auxílio alimentação, reajustado anualmente na mesma data e índice concedido aos servidores municipais.

Assim, estes são os motivos que embasam e justificam a aprovação do presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2013.**

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito